



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 925, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

LEONARDO ROSCOE BESSA

Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN

Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA

Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO

Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 9h às 19h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2016 – UASG 200009

Nº Processo 08191.041892/2016-86. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais do MPDFT, com fornecimento de peças. Total de Itens licitados: 0001. Edital: 14/10/2016 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Praça do Buriti, Brasília/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-05-00028-2016. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/10/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

Marli de Sousa Rego – Pregoeira MPDFT.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, EM EXERCÍCIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.101526/2016-93.

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **Roberth Bandeira Matos**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, matrícula 4132, no período de **24/10/2016 a 25/11/2016** (33 dias), referente ao 2º quinquênio (28/2/2009 a 22/8/2015), para a realização dos cursos: “Curso de Controle Externo da Atividade Policial” com carga horária de 60 (sessenta) horas ministrado pela ESMPU (Escola Superior do Ministério Público da União) na modalidade a distância e “Curso de Formação de Técnicos de Segurança Institucional” com carga horária de 40 (quarenta) horas, promovido pelo MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) na modalidade presencial, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.112/90, e da Portaria/PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

ANA ROSA DE CARVALHO SANTOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 861, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria n.º 75/PGJ, de 19/01/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/PGJ n.º 1.160, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Processo Administrativo n.º 08191.072781/2016-11,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria DG n.º 1.996, de 16/12/2009, publicada no DOU de 18/12/2009, da seguinte forma:

Onde se lê:

“Art. 1º Conceder pensão temporária ao senhor VICTOR HUGO DE AZEVEDO LIMA, em cota de 100%, na condição de filho menor de 21 anos do ex-servidor deste Ministério Público, Clenilson Siqueira Felinto de Lima, no valor estabelecido pelo art. 40, § 7º, **II** da Constituição Federal, bem como no art. 2º, **inciso II**, da Lei nº 10.887, de 21 de junho de 2004, com fundamento nos arts. 215, 216, §2º, 217, II, “a”, 218, §3º e 219 da Lei nº 8.112/1990, com efeitos financeiros a contar de 30/12/2008, data do óbito. [...]”;

Leia-se:

“Art. 1º Conceder pensão temporária ao senhor VICTOR HUGO DE AZEVEDO LIMA, em cota de 100%, na condição de filho menor de 21 anos do ex-servidor deste Ministério Público, Clenilson Siqueira Felinto de Lima, no valor estabelecido pelo art. 40, § 7º, **inciso I** da Constituição Federal, bem como no art. 2º, **inciso I**, da Lei nº 10.887, de 21 de junho de 2004, **c/c arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional n.º 70, de 30/3/2012**, com fundamento nos arts. 215, 216, §2º, 217, II, “a”, 218, §3º e 219 da Lei nº 8.112/1990, com efeitos financeiros a contar de 30/12/2008, data do óbito. **A contar de 30/3/2012, os efeitos financeiros devem surtir na forma fixada nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional n.º 70/2012.** [...]”.

Art. 2º Alterar a Portaria DG n.º 1.151, de 2/9/2010, publicada no DOU de 6/9/2010, da seguinte forma:

Onde se lê:

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

“Conceder pensão vitalícia à senhora Maria das Dores Siqueira, em cota de 50% (cinquenta por cento), na condição de mãe dependente econômica do falecido ex-servidor Clenilson Siqueira Felinto Lima, Técnico de Serviços Gerais, matrícula n.º 1408-7, deste Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos dos artigos 215, 217, I, “d”, 218, § 2º, todos da Lei n.º 8.112, de 1990; artigo 40, § 7º, **inciso II**, da CF, de 1988 (redação dada pela EC n.º 41, de 2003); e artigos 2º, **inciso II**, e parágrafo único, todos da Lei n.º 10.887, de 2004, com efeitos financeiros a contar da data de publicação do ato administrativo de concessão, na forma do parágrafo único do art. 219 da Lei n.º 8.112 de 1990. [...]”;

Leia-se:

“Conceder pensão vitalícia à senhora Maria das Dores Siqueira, em cota de 50% (cinquenta por cento), na condição de mãe dependente econômica do falecido ex-servidor Clenilson Siqueira Felinto Lima, Técnico de Serviços Gerais, matrícula n.º 1408-7, deste Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos dos artigos 215, 217, I, “d”, 218, § 2º, todos da Lei n.º 8.112, de 1990; artigo 40, § 7º, **inciso I**, da CF, de 1988 (redação dada pela EC n.º 41, de 2003); e artigos 2º, **inciso I**, e parágrafo único, todos da Lei n.º 10.887, de 2004, **c/c arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional n.º 70, de 30/3/2012**, com efeitos financeiros a contar da data de publicação do ato administrativo de concessão, na forma do parágrafo único do art. 219 da Lei n.º 8.112 de 1990. **A contar de 30/3/2012, os efeitos financeiros devem surtir na forma fixada nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional n.º 70/2012.** [...]”.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAUJO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA N° 862 , DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria n° 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n° 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium n° 08191.106212/2016-87,

RESOLVE:

Designar a servidora **DAIANE DE SOUZA RIBEIRO**, matrícula 3225-5, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe de Secretaria de Promotoria da Secretaria Administrativa da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Gama, código FC-03 (74000001).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 863 , DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.106218/2016-54,

RESOLVE:

Designar o servidor **LUCAS ARAÚJO RUFINO**, matrícula 4695-7, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Criminais da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Gama, código FC-02 (74001006).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


WAGNER DE CASTRO ARAÚJO